Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"A Nação que se salvou a si mesma". Entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1972)

Janaína Martins Cordeiro*

Resumo: A proposta deste trabalho é verificar as tentativas de construção de uma memória dos segmentos sociais que participaram diretamente das articulações golpistas e que estiveram comprometidos com a consolidação do regime instalado em 1964. Particularmente, analisarei este processo tendo em vista um grupo em particular: a associação feminina Campanha da Mulher pela Democracia, criada no Rio de Janeiro ainda em 1962. O discurso deste grupo constitui-se em espaço privilegiado para compreendermos as especificidades da memória – permeada por silêncios - dos setores que apoiaram o golpe sobre tal período, bem como para verificar a complexidade dos comportamentos sociais diante da ditadura civil-militar, formando um consenso fundamental para que o regime se sustentasse.

Palavras-chave: memória, ditadura civil-militar, consenso

Abstract: Cet article propose de vérifier les tentatives d' élaboration d' une mémoire des segments sociaux qui ont participé aux articulations qui ayant conduit au coup d'État permis la consolidation du régime de 1964. En particulier, j' analyserai ce processus par l' observation des pratiques politiques d' un groupe : la *Campanha da Mulher pela Democracia* [Campagne de la Femme pour la Démocratie] (CAMDE), qui a été née à Rio de Janeiro en 1962. Le discours de cette association constitue un espace privilegié pour comprendre les particularités de la mémoire – remplie de silences – des segments qui ont soutenu le coup d'Etat a cette époque. Par ailleurs, nous pouvons vérifier dans leur discours la complexité des comportements collectifs vis-à-vis de dictature civil-militaire et la formation d' un consensus fondamental pour soutenir le régime.

Mots clés : mémoire, dictature civil-militaire, consensus

Em meados da década de 1970, quando o quarto general-presidente da ditadura civil-militar Ernesto Geisel iniciou seu projeto de distensão lenta, gradual e segura e ao longo dos anos 1980, na medida em que se concretizava o processo de redemocratização política, a sociedade brasileira deu início às sucessivas reconstruções de memória sobre o golpe e o regime civil-militar de 1964. Em geral, prevaleceu uma memória ancorada no mito da resistência, ou seja, na idéia de que a sociedade, como um todo havia resistido à ditadura, desde sempre um regime estranho à *índole pacífica e democrática* do brasileiro.

* Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); bolsista CAPES.

O historiador francês Pierre Laborie, ao tratar da relação entre os franceses e a memória construída sobre a resistência organizada contra Vichy e a ocupação nazista nos dá importantes instrumentos para pensar a memória da resistência construída após a abertura política pela sociedade brasileira ao afirmar que "a apropriação da Resistência como bem comum servia de cortina de fumaça. Favorecia a amnésia e evitava dolorosos exames de consciência" (LABORIE, 2003: 272).

Respeitadas as especificidades de contextos históricos distintos, como é o caso da França pós-1944 e do Brasil dos anos 1980, podemos observar que a apropriação de uma memória da resistência como *bem comum* também ocorreu no caso brasileiro e, nesse sentido, permitiu a conformação de um projeto de democracia capaz de conciliar diversos segmentos sociais a partir do momento em que supunha a negação da ditadura e de suas políticas pela nação como um todo. E, tendo em vista a vitória de um projeto de anistia no qual predominou a lógica da *reconciliação* e do *esquecimento*, procedeu-se a uma reconstrução de memória a partir da qual as esquerdas foram vitimizadas e a luta armada redefinida antes como um segmento radicalizado da resistência democrática do que como um projeto de realização da revolução socialista (REIS FILHO, 2004: 48).

De acordo com Denise Rollemberg, "sobre o período de 1974 a 1985 temos uma memória da abertura que transcende o período, pois porta em si as interpretações do que teriam sido as relações da sociedade com a ditadura ao longo de toda a sua existência (1964-1985)" (ROLLEMBERG, no prelo: 6). Nesse sentido, a sociedade aparece não apenas como o ator central dos movimentos pela anistia e pela redemocratização, como também se redefine as relações estabelecidas entre esta sociedade e *sua* ditadura, silenciando sobre o fato desta não ter sido imposta unicamente por meio de instrumentos repressivos, mas que, ao contrário, é produto social. Portanto, ao mesmo tempo em que os grupos de esquerda são consagrados como vítimas, os movimentos sociais de direita, que ao fim, constituíram a base social de apoio e legitimação da ditadura são silenciados ou *esquecidos*.

Não obstante, podemos observar que ao longo dos vinte e um anos de regime civil-militar, expressivos segmentos sociais e instituições respaldaram e legitimaram os governos dos generais-presidentes. Um bom exemplo de como parte da sociedade estava organizada em defesa de valores que mais tarde seriam partilhados e incorporados pela ditadura são as inúmeras Marchas da Família com Deus pela Liberdade que se proliferaram por todo o país antes e depois do golpe de março de 1964 (PRESOT, 2004).

As Marchas por sua vez, foram organizadas e convocadas por associações "cívicas femininas" que, em geral, foram fundadas antes do golpe[1] e prosseguiram atuando após as Marchas durante os anos 1960. Sob este aspecto, recuperar a trajetória destes grupos torna-se fundamental para melhor compreender a ditadura civil-militar como um processo de construção social, tornando mais complexa a lógica da manipulação e coerção, chamando atenção também para o universo simbólico que fazia com que determinados grupos se identificassem com certos valores e militassem em sua defesa. Vista dessa maneira a história de sociedades que viveram sob regimes autoritários, pode-se compreender melhor a diversidade dos comportamentos coletivos. Isso porque está se considerando não apenas os mecanismos coercitivos – os quais possuem importância capital na estrutura desses regimes – mas também o *consentimento*, as formas pelas quais as pessoas viveram tal situação e se representaram através dela.

Neste texto, meu objetivo é analisar, de maneira geral, de que forma os grupos sociais que apoiaram o golpe e legitimaram a consolidação do regime civil-militar lidam com essas questões diante de uma sociedade que, para absolver-se de qualquer relação com os governos militares, tenderam a silenciar sobre a importância do tipo de ação desenvolvida por esses setores. Trata-se de analisar as especificidades da construção de uma memória das direitas – tomando como ponto de partida o caso particular da CAMDE - a qual também procura recusar maiores proximidades com os militares, relativizando sua atuação junto ao Estado sem recusar a essência de sua militância, qual seja, a luta contra o comunismo.

Assim, procede-se a uma *amenização* da oposição feita ao governo Goulart sem, contudo negar a rejeição tanto ao trabalhismo, como ao comunismo e sua "infiltração" no Estado. Transparece uma construção de memória que procura isentar o presidente Goulart de qualquer eventual tentativa de comunizar o país. A acusação de comunista não recai diretamente sobre Jango, mas sobre as pessoas à sua volta, que compunham o governo:

> *- Na época em que nós entramos na CAMDE* [...] *o Jango era quem estava no poder e ele não era comunista, o Jango não era. Ele era, vamos dizer...*
>
> *– Marmiteiro! Ele era popular.*
>
> *– É, popular e vamos dizer assim, ele gostava muito do poder. Ele gostava de aparecer, o Jango.* [2]

O então presidente é lembrado como um líder fraco, alguém que se deixava seduzir pelo poder e manipulado pelos comunistas infiltrados no governo. Marieta M.

[1] É o caso da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), da Guanabara e da União Cívica Feminina (UCF) e do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), ambos de São Paulo.

[2] Entrevista concedida por duas ex-diretoras da CAMDE que solicitaram anonimato. Rio de Janeiro, 12/09/2006.

Ferreira, ao tentar recuperar a memória sobre João Goulart chama atenção para a diversidade de elementos que a compõem, tanto à esquerda como à direita. Em ambos os casos sobressai a idéia se não de um político despreparado, ao menos de alguém que tomava decisões equivocadas, (FERREIRA, 2006: 23).

Particularmente, interessa-nos o que a historiadora chama de "memória dos conservadores" sobre Goulart. Analisando os depoimentos de políticos da UDN e do PSD que compõem o acervo do Cpdoc/FGV, Ferreira aponta aspectos da memória sobre Jango que são comuns a políticos destes setores, tais como o argumento de que o então presidente representava uma ameaça, pois seu governo significaria a entrada do comunismo no país. Ou, por outro lado, a associação da idéia de que Jango era uma liderança fraca e descomprometida com qualquer projeto político. Em muitos depoimentos, transparece uma imagem sobre Goulart de acordo com a qual ele seria um homem "bom, fraco e influenciável e, ao mesmo tempo, um político perigoso, pois estava patrocinando os preparativos de um golpe comunista" (FERREIRA, 2006; 13). Assim, nos relatos de políticos conservadores, o então presidente também não era diretamente acusado de comunista.

Mas, embora não fosse comunista, o fato de ser uma pessoa que se deixava influenciar e a aproximação com políticos de esquerda, foi suficiente para disseminar o medo de uma revolução comunista por parte dos setores conservadores. Esta lógica é exatamente a que encontramos no trecho do depoimento das militantes da CAMDE citado acima e, de certa forma, serve para legitimar a intervenção militar e o apoio da sociedade civil a este evento.

Se por um lado, as militantes dos grupos femininos recusam, no plano da memória, uma oposição direta e ofensiva contra Goulart, com relação ao pós-1964, embora sua militância tenha adentrado a década de 1970, elas tendem a limitar a participação da sociedade civil ao período do governo Castelo Branco, normalmente identificado como um "governo moderado".

Portanto, se levarmos em consideração os processos através dos quais a direita conservadora brasileira tenta construir no presente a memória de sua militância política, estamos, num certo sentido, diante do que Alessandro Portelli chamou de "memória dividida": se temos por um lado a tentativa de construção de uma memória que procura negar a participação e colaboração da sociedade com o regime militar, por outro lado, os grupos de direita não podem negar o que constituiu o cerne de sua organização, qual seja, a oposição ao governo Goulart e a militância a favor de uma intervenção militar que colocasse fim à suposta infiltração comunista no Estado, permitida por Jango.

Concordamos também com Portelli quando este afirma que a definição de "memória divida" deve ser ampliada para dar conta não apenas de uma aparente dicotomia, por vezes simplista, mas também para entendermos que mesmo se tratando da memória de um grupo bem particular e definido da sociedade, ela não é um "todo sólido" e se divide entre "o desejo de silenciar e esquecer e a necessidade de se expressar" (PORTELLI, 2005: 128). Assim, encontramos nos depoimentos das associadas da CAMDE opiniões a respeito de sua militância na associação do tipo: "foi a maior glória da minha vida ter podido servir ao meu país". Mas também: "Em um dado momento, a revolução virou um rebotalho, voltada apenas para o empreguismo. E depois veio a tortura, o que foi repugnante"[3]. Além disso, encontramos também aquelas que se recusam a falar sobre o assunto, buscando *silenciar* sobre este passado.

Essa diversidade de opiniões não invalida as análises sobre as memórias deste grupo, ao contrário, dão bem a medida da complexidade das relações estabelecidas entre ditadura e sociedade no Brasil. A própria dificuldade ou a recusa absoluta por parte de algumas militantes em falar sobre o passado permite refletir sobre o papel importante que o *silêncio* ocupa nas reflexões a respeito da memória. Assim, diante de uma sociedade que preferiu negar qualquer tipo de relação de apoio ou simpatia pelo regime que aqui seria apenas *dos militares,* as mulheres da CAMDE optaram pelo *silêncio* sobre a sua ação militante em favor da ditadura. É importante destacar que neste caso, há que se compreender o silêncio destas mulheres como *uma forma de lembrar*, como um *modo de presença no mundo* (LABORIE, 2003: 52-53) que se define diante da consolidação de uma memória coletiva que evoca a sociedade como resistente.

Pierre Laborie analisando os *silêncios* dos franceses a respeito de Vichy e discutindo as formas de apropriação do passado pelo presente bem como as formas de representação do silêncio, afirma haver *silêncios da memória* e *memória do silêncio*. O primeiro liga-se ao que ele chama de "má consciência", a incapacidade ou *vergonha* de assumir coletivamente a responsabilidade pelos crimes do passado (LABORIE, 2003: 54-55). A tendência é, então, silenciar sobre determinados eventos e se apropriar de outros. Já a *memória do silêncio* está relacionada ao sentido que o acontecimento toma, ao uso que o presente faz dele, onde o "dizer nada é uma maneira de testemunhar". Ou seja, a memória do silêncio expressa um sentimento de acordo com o qual, determinado tipo de comportamento

[3] Ambos os trechos de depoimentos citados encontram-se em ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do Golpe -1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001. p. 58.

do passado tornou-se incompreensível no presente, por isso os problemas em falar sobre este passado (LABORIE, 2003: 58 e 61).

No caso específico das mulheres da CAMDE, os dois processos se misturam, expressando de forma singular as maneiras pelas quais a memória do grupo é construída permeada pelo silêncio. Neste sentido, há memória do silêncio quando recusam admitir sua militância nos anos de maior repressão da ditadura; há também memória do silêncio quando, de alguma forma, tentam tomar parte na memória da *sociedade resistente*; há memória do silêncio, pois, superado aquele contexto, como compreender o sentido de uma militância que se dizia "em defesa da democracia" e que, em nome desta democracia defendeu e legitimou medidas como o AI-2? Principalmente, há memória do silêncio quando, por todas essas razões, essas mulheres simplesmente decidem não falar sobre o passado.

Por outro lado, há silêncio da memória quando calam sobre a sua atuação ofensiva contra o governo de João Goulart. Silêncio da memória quando negam no presente a adesão em torno da "candidatura" e do governo de Costa e Silva e conseqüentemente, sobre o apoio dado ao AI-5 e ao fechamento do regime; silêncio da memória também quando se "escondem" por trás da metáfora – reconfortante para quem apoiou o regime – dos *porões da ditadura*, a qual diz desconhecer a tortura como política de Estado.

Assim, quando atentamos para a leitura que esta associação faz hoje de sua atuação, é interessante observar as tentativas no sentido de se inserirem num suposto movimento de repúdio à ditadura, num misto de memória do silêncio e silêncio da memória:

> *E depois da Revolução, tinha um menino, um rapaz da PUC que assassinaram ele. Nessa época eu era presidente (...) Eu disse: 'Eu vou como um protesto'. Porque nós éramos da Revolução, mas o que é isso? Matar um estudante? Nós fomos ao enterro do rapaz, do estudante num protesto contra o ato revolucionário, pelo qual nós trabalhávamos*[4].

Os conceitos de *zona cinzenta* e *penser-double* elaborados por Pierre Laborie para tratar da diversidade dos comportamentos sociais dos franceses sob Vichy podem ajudar a compreender esse tipo de conduta das mulheres da CAMDE durante a ditadura, uma vez que implica em reconhecer que nem sempre denominações como *resistência* ou *colaboração* dão conta de expressar a complexidade dos comportamentos coletivos diante de regimes autoritários. Se neste depoimento a então presidente da CAMDE não nega sua vinculação ideológica e militante à "Revolução de 1964" - muito ao contrário, a afirma -, ela também não pode aceitar o assassinato de um jovem estudante. Até porque, a CAMDE sempre buscou legitimar sua atuação política apresentando-se publicamente como *mães* preocupadas com o

[4] Entrevista concedida por uma ex-diretora da CAMDE que solicitou anonimato. Rio de Janeiro, 12/09/2006.

futuro dos filhos e das famílias e, nesse sentido, não podia admitir a violência daquele *ato revolucionário* empregado contra um estudante que bem poderia ser seu *filho*.

Para além dessa questão, a recusa do fato de terem apoiado o endurecimento do regime não deixa de ser uma tentativa de reivindicarem para si participação nesta memória conciliadora que evoca a nação como resistente à ditadura. Assim, ao mesmo tempo em que é importante se distanciar de eventos que as liguem ao consentimento com relação ao endurecimento do regime, é também importante para a memória dessas mulheres reverenciar o governo Castelo como sendo o tempo da *moderação*, em que os *ideais revolucionários* foram preservados.

Nesse sentido, uma das diretoras da CAMDE afirma que as atividades da associação foram um pouco além do governo Castelo, com reuniões, trabalho de assistência social e uma campanha contra a carestia que durou seis meses[5]: "Mas depois do Castelo não tínhamos mais razão de existir. Ainda assim, a CAMDE atuou por cerca de 10 anos, sem, contudo, nos metermos em política" (ASSIS, 2001:62).

A documentação produzida pela CAMDE fornece importantes elementos a partir dos quais podemos notar a adesão das mulheres em torno do presidente Costa e Silva. Em 1967, por exemplo, em entrevista à revista feminina *Livro de cabeceira da mulher*, Amélia Molina Bastos, presidente da associação afirmava ter "muita esperança neste gôverno"[6]. Em 1968, após a edição do Ato Institucional nº. 5, a CAMDE divulgou uma mensagem de Natal na qual manifestava *fé* nos rumos da nação e na qual afirmava que "um paradeiro a estes desmandos se impunha, e veio (...)" [7]. Este manifesto, divulgado na véspera do Natal, ou seja, apenas alguns dias após a edição do AI-5 demonstra bem o apoio dado pela CAMDE ao Ato.

Nesse sentido, podemos observar os limites da memória que estas mulheres procuram construir quando associam a trajetória deste grupo feminino ao governo Castelo Branco. Não obstante a adesão em torno da figura do marechal Costa e Silva, há um esforço dos membros da associação no sentido de se desvincularem deste governo, associando-o ao início do endurecimento do regime. Perguntadas a duas diretoras se percebiam grandes

[5] Trata-se da Campanha pela Economia Popular, promovida em parceria com, a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) em 1965. FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 1.

[6] "D. Amélia Molina Bastos ou como e onde marcha a CAMDE". Entrevista concedida a Stella M. Senra Pollanah. In: *Livro de Cabeceira da Mulher*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Ano I, volume 5, p.168.

[7] FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38. Pasta 1. Recorte de jornal: "Mensagem de Natal da CAMDE exprime confiança no Brasil". *O Globo*, 24/10/1968.

diferenças entre o governo Castelo e o governo Costa e Silva, elas foram unânimes na resposta:

> *– Eu acho que a coisa foi piorando, a coisa foi endurecendo.*
> *– Foi piorando. O Castelo Branco foi ótimo, maravilhoso.*
> *– Depois foi endurecendo e virou uma ditadura.*
> *– Ditadura Militar.*
> *– Não tinha mais razão de ser a gente continuar*"[8].

É interessante notar a resposta de uma das entrevistadas como que complementando a fala anterior: é importante destacar o fato de que foi uma ditadura *militar* o que ocorreu no país após a posse de Costa e Silva, o que por sua vez exime a sociedade civil de qualquer participação nos rumos daquele evento, sobretudo, absolve as *mães* da CAMDE do apoio dado ao AI-5 e a outras medidas repressivas adotadas pelos militares. Em segundo lugar, chama atenção a insistência em afirmar o encerramento das atividades da associação após o governo Castelo, ligando o governo Costa e Silva a um total desvirtuamento dos "*ideais da Revolução*": "Depois que o Costa e Silva veio com esse negócio de ditadura militar, eu me desiludi completamente"[9].

Dessa forma, podemos compreender melhor a adesão em torno de Castelo Branco e o silêncio sobre o apoio ao governo Costa e Silva tendo em vista os tipos de representação social do silêncio. A memória do silêncio que emerge das lembranças das associadas da CAMDE não é senão a forma encontrada de se inserirem num esforço mais amplo de parte da sociedade brasileira de se desvincular do consenso formado em torno dos militares e formar o consenso em torno da democracia. As dificuldades em recordar o passado deve-se em parte ao fato de que, numa sociedade que optou por celebrar os vencidos de 1964, essas mulheres possam temer que suas motivações não sejam mais compreensíveis nesse novo contexto.

Dessa forma, busca-se consolidar uma memória sobre a militância destes grupos que não apenas procura se posicionar diante do mito de uma sociedade resistente, mas que também apóia-se na dicotomia militar entre *moderados* e *linha-dura*. Podemos, então, entender o orgulho de ter participado da "*Revolução de 1964*" e do governo Castelo Branco e a simultânea *desilusão* com relação aos demais governos militares.

Nesse sentido, a militância política da CAMDE, somada aos complicados processos de construção de uma memória deste grupo permitem refletir sobre a complexidade dos comportamentos sociais sob regimes autoritários, os quais transitam entre coerção e consentimento, colaboração e desilusão. De toda forma, se temos uma memória atravessada por silêncios e *má consciência*, temos também uma militância que permite compreender as

[8] Entrevista concedida por duas ex-diretoras que solicitaram anonimato. Rio de Janeiro, 12/09/2006.
[9] Entrevista concedida por uma ex-diretora que solicitou anonimato. Rio de Janeiro, 12/09/2006, p. 14.

formas pelas quais a sociedade não apenas se conciliava com as práticas autoritárias mas também, em muitos momentos a incentivava, formando um consenso em torno da ditadura, crucial para que ela se sustentasse por 21 anos.

Bibliografia

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do Golpe -1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. "Introdução". In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LABORIE, Pierre. *Les français des années troubles.* De la guerre d' Espagne a la Liberation. Paris, Seuil, 2003.

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. pp.103-130.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória". In: REIS, Daniel Aarão (*et ali*) (orgs.). *O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. "Caminhos para o passado. Memórias da Associação Brasileira de Imprensa (1964-1974)". (no prelo).